



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**NIEDJA GABRIELA LEITE CARDOSO BARBOSA**

**A INCLUSÃO QUE AINDA EXCLUI**

**GUARABIRA – PB**

**2014**

**NIEDJA GABRIELA LEITE CARDOSO BARBOSA**

**A INCLUSÃO QUE AINDA EXCLUI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação **em Pedagogia** da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia

Orientador (a): Kedna Karla Ferreira da Silva

GUARABIRA – PB

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

*B238i*     *Barbosa, Niedja Gabriela Leite Cardoso*

*A inclusão que ainda exclui / Barbosa, Niedja Gabriela Leite  
Cardoso Barbosa. – Guarabira: UEPB, 2014.*

30 p. : Il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Pedagogia) Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof<sup>a</sup>. Kedna Karla Ferreira da Silva.

.”

1. Educação inclusiva. 2. Inclusão social 3. Surdos. I.  
Título.

22.ed. CDD 371.9

**NIEDJA GABRIELA LEITE CARDOSO BARBOSA**

## **A INCLUSÃO QUE AINDA EXCLUI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Graduação em **Pedagogia** da  
Universidade Estadual da Paraíba, em  
cumprimento à exigência para obtenção do  
grau de Licenciado em Pedagogia

Aprovada em 07/03/2014

*Kedna Karla Ferreira da Silva*  
Prof<sup>ª</sup> Ms. Kedna Karla Ferreira da Silva / UEPB  
Orientadora

*Mônica de Fátima Guedes de Oliveira*  
Prof<sup>ª</sup> Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira / UEPB  
Examinador

*Emília Cristina F. de Barros*  
Prof<sup>ª</sup> Ms. Emília Cristina Ferreira Barros / UEPB  
Examinadorp

**GUARABIRA- PB**

**2014**

À minha família, fonte inesgotável de amor, carinho e confiança;

Ao meu esposo, exemplo de dignidade, amor e amizade;

À minha inesquecível Tia Lourdes Leite (In Memoriam), exemplo de mulher forte e batalhadora.

## AGRADECIMENTOS

À **Deus**, pelo dom da vida, por ser o dono dos meus pensamentos e mestre das minhas ações;

Aos meus pais **Nilda e Geraldo**, pela capacidade de acreditar em mim. Mainha, seu cuidado e dedicação foi que deram, em alguns momentos, a esperança para seguir. Painho, sua presença e confiança significaram segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada;

Às minhas irmãs, **Patrícia e Nadja**, eu agradeço pela amizade, carinho, por serem minhas companheiras em todos os momentos da vida;

Às minhas amadas sobrinhas **Lorena e Nahyne**, por simplesmente existirem, são meus tesouros, minha inspiração de viver;

Ao meu esposo **Paulo César**, pessoa com quem amo partilhar a vida; agradeço pelo carinho, paciência e compreensão de minhas ausências no decorrer destes quatro anos. Não simplesmente agradeço, mas amo a cada dia e obrigada pelo seu amor;

À Mestre **Kedna Karla Ferreira da Silva**, agradeço pelo apoio, orientação e colaboração na construção deste trabalho de conclusão de curso, como também, pela sua participação na minha formação acadêmica. Que Deus ilumine seus caminhos;

À minha avó **Nanci** pela alegria de viver que sempre me estimulou. Sua autoestima é um verdadeiro exemplo de força e coragem a ser seguido;

À minha sogra e acima de tudo amiga **Marilene**, que através do seu exemplo de educadora me fortaleceu ao longo desta caminhada;

Aos meus primos(as), tios(as), em especial a minha prima **Mallena**, agradeço pela paciência de escutar minhas inquietações no decorrer do curso, obrigada por sua amizade;

Aos laços de amizade que construí na UEPB. As minhas amigas **Gilvanice Oliveira, Vanessa Carvalho e Cleonice Nascimento**, meu muito obrigada! Vocês foram fundamentais para as minhas conquistas ao longo da graduação, como também, agradeço por terem agido como minhas irmãs nos momentos que mais precisei.

Em especial, agradeço a minha estrela, inspiração de força, coragem e determinação. À minha inesquecível tia **Lourdes Leite** (In Memoriam) por todos os ensinamentos, pelas

palavras de incentivo, pela confiança, enfim...por ter existido em minha vida e por fazer parte da minha história.

...Deus, pais, irmãs, sobrinhas, esposo, orientadora, avó, sogra, primos(as), tios(as), amigas, estrela (Lourdes Leite), equipe da UEPB (professores(as) e colegas) e todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, essa conquista é para vocês...

...Família, agora eu sou PEDAGOGA...

**OBRIGADA!**

“Se o lugar não permitir o acesso a todas as pessoas, esse lugar é deficiente”.

(Marcos Meier)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
HISTORICIZANDO A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	11
ANALISANDO A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES AUDITIVAS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO.....	17
VERIFICANDO A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS AUDITIVAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE GUARABIRA – PB.....	21
METODOLOGIA.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	29

## A INCLUSÃO QUE AINDA EXCLUI

Niedja Gabriela Leite Cardoso Barbosa<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo apresenta as dificuldades que as pessoas com necessidades auditivas e os docentes que atuam na educação inclusiva enfrentam ao ingressar no sistema regular de ensino. Abordando a trajetória da educação inclusiva no Brasil, refletindo sobre os preconceitos enfrentados pelas pessoas com necessidades especiais, como também os avanços obtidos ao longo dos tempos no âmbito educacional. Na busca de expandir as discussões, focamos na temática Educação Inclusiva de surdos no sistema regular, uma vez que nos reportamos a analisar seus limites e possibilidades, como também os obstáculos enfrentados ao longo da vida. Entretanto, através de uma análise da Educação Inclusiva dos surdos, observamos vestígios de segregação, o que faz com que essa educação esteja na prática, ainda distante da teoria. Para tanto, motivamo-nos a realizar uma pesquisa qualitativa, com base nas leituras tecidas até aqui, com o intuito de verificar a educação inclusiva auditiva no contexto educacional de Guarabira – PB. Participaram do estudo professoras do Centro Educacional Edivardo Toscano, que atuam com crianças surdas. A coleta de dados foi realizada a partir de questionários e observações. Os dados analisados e as observações tecidas no local evidenciaram que apesar dos avanços da educação inclusiva, ainda encontramos vestígios de exclusão, onde na prática percebemos que os professores não sentem-se preparados para atuar na área, uma vez que ressaltam a importância da formação de professores e a carência de recursos no ambiente escolar.

**Palavras-Chave:** Educação, inclusão, surdos.

### INTRODUÇÃO

Temos observado que a discussão sobre a inclusão de surdos no contexto educacional tem sido palco de muitos debates. É importante destacar que não basta somente que o surdo esteja inserido num ambiente escolar, é necessário que ele receba atendimento especializado adequado a sua limitação.

Projetos e leis tem surgido com o objetivo de incluir as pessoas com necessidades especiais nos processos educacionais, porém sabemos que ainda restam vestígios da exclusão, e essas pessoas continuam à margem da sociedade.

Diante de nossas inquietudes acerca das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com necessidades auditivas surgidas no espaço escolar durante a graduação, que nos permitiram

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.

refletir sobre os preconceitos enfrentados pelos surdos no âmbito educacional, como também o conceito equivocado que a sociedade tinha sobre a educação inclusiva, uma vez que durante algumas observações realizadas em instituições inclusivas do município de Guarabira – PB, percebemos o descaso e ainda vestígios de exclusão no tocante às pessoas com necessidades auditivas. Para tanto, fatos como esses nos fizeram tecer algumas análises acerca da educação inclusiva das pessoas com necessidades auditivas.

Uma vez que o nosso objeto de estudo é analisar a educação inclusiva no Brasil, nos reportamos à sua história, para isso faremos um breve mapeamento dessa educação no que circunscreve o contexto da antiguidade até os dias atuais.

Mas, afinal o que é educação inclusiva ?? De que tipo de inclusão estamos falando? É esse o olhar que agora te convido leitor (a) ao fazer as luzes da memória historiográfica da educação brasileira. Entender o significado do conceito de inclusão só é possível a medida que nos aproximamos do contexto no qual estamos falando de inclusão, uma vez, que esse conceito sofre alterações conforme as mudanças decorrentes das estruturas socioeconômicas, culturais e políticas ao longo da história.

Sabemos que essa luta de incluir é um trabalho árduo, e ainda está em processo de construção, mesmo apesar do êxito, ainda é uma barreira a ser vencida. Para tanto, SASSAKI vem nos esclarecer o conceito de inclusão ao evidenciar que:

[...] a inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] (SASSAKI 1997, p. 41)

A inclusão de pessoas com necessidades especiais na escola regular é uma maneira de incluí-los no meio social em que vivem, de modo que para isso precisa-se ter professores capacitados para desenvolver atividades adequadas a pessoas especiais, como também, precisamos de recursos físicos e didáticos para contribuir no processo de ensino e aprendizagem.

Desse modo, rememoramos alguns fatos sobre a história da educação inclusiva, para isto nos reportamos aos vestígios historiográficos dessa educação ao nos ampararmos pelos “fios da memória” da educação na antiguidade por registrar as primeiras práticas desta educação.

É possível identificar que na antiguidade as pessoas com necessidades especiais eram vistos como “deficientes”. Muitos foram os preconceitos enfrentados por eles, pois a sociedade os excluía do meio social, sendo considerados como uma “aberração” da natureza.

Os mesmos eram torturados, perseguidos, muitas vezes até mortos, simplesmente pelo fato da sociedade não aceitar suas incapacidades e carências. E apesar de muitos avanços quanto a educação inclusiva no nosso país, ainda nos sentimos fragilizados ao observamos que muito ainda tem que ser percorrido.

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa desenvolvida no curso de Pedagogia como forma de analisar as dificuldades das pessoas com necessidades especiais auditivas que ingressam nas escolas regulares, para tanto, realizamos uma pesquisa em três escolas do município de Guarabira-PB, com o objetivo de verificar como se dá o atendimento nestas instituições de ensino para com os deficientes auditivos. A pesquisa foi realizada em escolas municipais e estaduais do município citado acima, eram elas: Centro Educacional Edivardo Toscano; Antenor Navarro e João Kennedy, sendo essencial fazermos um recorte com base nos dados do Centro Educacional Edivardo Toscano, a qual foi foco de nossa pesquisa.

O nosso universo de pesquisa foram os 07 professores que atuam no Centro Educacional Edivardo Toscano, do município de Guarabira – PB que realizam a educação inclusiva com portadores de necessidades especiais.

Para tanto, a metodologia da pesquisa é de caráter qualitativa<sup>2</sup>. “A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. (CHIZZOTTI, 2005). Tendo por base a inclusão de pessoas com necessidades auditivas. Por isso, como foi proposto nos objetivos da pesquisa, buscou-se neste trabalho uma investigação acerca das dificuldades tanto da parte dos docentes, quanto dos discentes no tocante a inclusão de surdos na escola regular.

Neste sentido, temos como objeto de estudo a inclusão de pessoas com necessidades especiais, mais especificamente o deficiente auditivo. Entende-se como deficiente, o indivíduo cuja audição não é funcional no dia a dia, pois consiste na perda parcial ou total da capacidade de ouvir.

Destarte, temos como objetivo geral analisar as dificuldades das pessoas com deficiência auditiva que ingressam nas escolas regulares e dos profissionais que lidam com esses alunados que necessitam de atendimentos diferenciados.

Desse modo, nortearmos o nosso trabalho com base nos seguintes objetivos específicos: Historicizar a trajetória da educação inclusiva no Brasil; Analisar a inclusão das

---

<sup>2</sup> A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Segundo CHIZZOTTI, Antonio. Em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

peças com necessidades auditivas no sistema regular de ensino; Verificar a inclusão das peças com necessidades auditivas no contexto educacional de Guarabira – PB.

Procuramos defrontar os dados coletados com teorias que nos possibilitassem quebrar paradigmas sobre a inclusão e a qualificação desses profissionais que atuam na educação inclusiva. Para isto, Dialogamos com Sasaki (1997), Mazzotta (2005), Miranda (2008), Skliar (1999), Lorenzetti (2003), ao subsidiar a referida pesquisa as luzes de suas teorias.

Logo, acreditamos contribuir com este estudo, ao possibilitarmos uma reflexão em especial para os profissionais da área da educação ao nos aproximarmos da construção estereotipada que se deu ao longo de nossa história, marginalizando assim o espaço e atuação das peças com necessidades especiais, mais especificamente, as auditivas. Desse modo, almejamos contribuir para novas práticas pedagógicas, nas quais exista uma real inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular, mais especificamente, necessidades auditivas.

### **Historicizando a trajetória da Educação Inclusiva no Brasil**

Ao falarmos em inclusão educativa no Brasil nos reportamos de imediato as peças com deficiência, entendidas por peças com necessidades especiais. Nos últimos anos, os debates sobre a inclusão tem aumentado gradativamente, portanto, uma vez que o nosso objeto de estudo é analisar a educação inclusiva no Brasil, faremos um mapeamento dessa educação no que circunscreve o contexto da antiguidade até os dias atuais.

Para tanto, paremos um pouco para refletir o que seria educação inclusiva? Que tipo de inclusão é esta que corriqueiramente ouvimos falar? Questionamentos são normais, desta forma, analisaremos o seu real significado.

Podemos compreender educação inclusiva a forma como se insere o educando no contexto educacional regular. Deste modo nos ancoramos em Sasaki, o qual entende a educação inclusiva como sendo:

[...] o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. [...] (SASSAKI,1999, p. 15)

Desta forma, podemos entender que educação inclusiva é um processo de adequação da escola, a partir da realidade e da especificidade de cada educando, como também, a partir do contexto educacional a qual a escola está inserida. A educação passa a ser inclusiva a partir

do momento em que os sujeitos desta instituição passam a aceitar o outro independentemente da sua diferença.

Esclarecemos que não temos a pretensão de aprofundarmos uma discussão no que tange ao conjunto das necessidades citadas acima, uma vez que, temos como objeto de estudo a inclusão das pessoas com necessidades auditivas no processo escolarização regular de ensino.

Desse modo, rememoramos alguns fatos sobre a história da educação inclusiva, para isto nos reportamos aos vestígios historiográficos dessa educação ao nos ampararmos pelos “fios da memória” da educação na antiguidade. Compreendendo que na Antiguidade, as pessoas com necessidades especiais viviam isolados, sofriam preconceitos, eram marginalizados, viviam à margem da sociedade, pois os mesmos eram vistos como “anormais” e intitulados como perigosos para a sociedade vigente.

Na antiguidade, precisamente na Idade Média, o conceito de inclusão era sinônimo de deficiente. Isto variava, de acordo com o local, no qual se estava inserido, não deixando de ser uma forma de excluir o indivíduo de seus direitos e deveres, limitando à sua participação em quaisquer que fossem as ocasiões. Na Igreja Católica, não era diferente, os preconceitos eram gritantes, eram vistos como pecadores e associados à imagem do diabo, viviam isolados e permeava uma crença a qual eram vistos como pessoas sem confiança e exigiam que os ditos “normais” não aceitassem se misturar com eles, ao serem rotulados como deficientes, ou seja, pessoas inferiores as demais.

Os tempos foram passando e os tratamentos iam mudando gradativamente, mas sem muito avanço, as vezes até os avanços eram mais cruéis, uma vez que eram torturados, perseguidos, abandonados, chegando até a morrer pelo fato da sociedade não aceitá-los. Mas, com o surgimento do capitalismo, a Idade Moderna presencia um pequeno interesse da ciência, da medicina no tocante a preocupação com a socialização e educação da pessoa com deficiência. Foi neste momento que a situação teve uma significativa mudança, pois é a partir daí que se inicia o atendimento a pessoas com deficiência, mesmo que ainda tendo um caráter mais assistencialista do que educacional.

Quando dirigimos o nosso olhar para a história da educação especial no Brasil, verificamos que a evolução do atendimento educacional especial vai ocorrendo gradativamente. Neste sentido concordamos com MAZZOTTA ao evidenciar que:

A defesa da cidadania e do direito á educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o

reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século. [...] (MAZZOTA, 2005, p. 15)

Neste contexto, o que é ser cidadão para os portadores de necessidades especiais na sociedade contemporânea? É atuar sejam em ações individuais que favoreçam os seus privilégios particulares ou até mesmo através de ações conjuntas com o objetivo de garantir direitos partilhados. Para tanto, podemos observar que o paradigma sobre a cidadania das pessoas com necessidades especiais é algo ainda muito recente na nossa sociedade, necessitando de muitos avanços no que tange a essa temática.

É datado do final do século XIX e meados do século XX, o desenvolvimento de ambientes escolares, localizados em escolas públicas, que visavam proporcionar ao portador de necessidades especiais uma educação à parte, não deixando de ser uma forma de exclusão, mesmo que com o intuito de incluir.

Embora durante todo o século XX surgissem iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência, foi exatamente a partir do final da década de 1970 que o movimento das pessoas com necessidades especiais surgiu, tendo em vista que, anterior à década de 70 já haviam ações voltadas aos deficientes, porém, ainda eram de ordem assistencialista.

Ainda na década de 1970, surgiu no Brasil um movimento de integração social das pessoas que apresentavam deficiência, visando integrá-los em ambientes escolares, de forma que pudesse ser aproximados àqueles oferecidos a uma pessoa dita como “normal”. O intuito maior deste movimento de integração era tentar acabar com a diferença e passar a contemplar a diversidade, no entanto, ao invés de enaltecer a importância da educação para os indivíduos com deficiência, continuavam favorecendo a segregação dos mesmos.

Paralelo a tais avanços, de forma pioneira, durante o século XIX, foi criado duas escolas para as pessoas com deficiência: o Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-Mudos, ambos no Rio de Janeiro, com a iniciativa do Governo Imperial. (Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas/Mazzotta, 2005). Desta forma, subestimavam que estariam integrando àquelas pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar, e de fato estavam, mas era alarmante o grau de preconceito como tudo isso ocorria, pois o fato de integrá-los só estaria favorecendo à sua exclusão no meio social, uma vez que seriam atendidos em um ambiente escolar específico para a sua necessidade.

Logo, contextualizamos o que sejam necessidades especiais. Ao tratarmos de necessidades especiais entendemos como sendo um conjunto de carências de uma ou mais

capacidades que o indivíduo tem em realizar as atividades próprias do seu nível de desenvolvimento.

Pensar em inclusão é nos remeter à pessoas com deficiências, vistas como necessidades especiais. Frequentemente ouvimos falar sobre leis, debates, discussões em favor dessas pessoas, mas, vale ressaltar na realidade essas normas ainda encontram-se distantes e fragmentadas. Como bem sabemos, o mundo gira em torno das leis e diretrizes que regem uma sociedade e o fato de existir pessoas que não falam, nem se locomovem, não podem ouvir, nem enxergar como os ditos “normais” isso gera um grande preconceito, e acaba havendo uma segregação desses indivíduos, que implica em limitações dos mesmos à uma vida socialmente aparente.

Diante de tantos preconceitos e lutas a favor do direito à escolarização das pessoas com necessidades especiais, especificamente no ano de 1957, o atendimento educacional aos mesmos foi assumido pelo Governo Federal, tendo como Presidente da República Juscelino Kubitschek, em âmbito nacional com a criação de campanhas voltadas para esses fins. Neste mesmo ano foi criada a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, com o intuito de promover medidas necessárias para a educação e assistência dos surdos. Entretanto, aos poucos foram sendo criadas outras campanhas para as demais necessidades especiais, as quais não iremos nos deter no presente momento.

Ao longo do tempo tivemos alguns avanços no tocante a integração das pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar, porém, as mudanças sociais foram se manifestando em diversos setores, no entanto, o envolvimento legal dessas mudanças é bastante relevante. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 208 nos esclarece que o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência dar-se-á preferencialmente na rede regular de ensino”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988).

Desta forma, podemos dizer que ficou assegurado, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o direito à educação, ou seja, a inclusão escolar como preceito constitucional, assegurando o exercício dos direitos sociais e individuais, a igualdade, garantindo o acesso a rede regular de ensino.

Compactuado a esta Lei vigente da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de reforçar a obrigação do País no que tange a educação, a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96), nos esclarece no seu artigo 58 que “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais”. Complementando no seu inciso 1º que “Haverá, quando necessário, serviços de apoio



especializado, na rede regular, para atender às peculiaridades dos alunos na educação especial”. (LDBEN, 1996, p. 43).

Com base nisso, percebemos um novo olhar da educação brasileira àquelas pessoas com necessidades especiais, porém, é interessante salientar que este atendimento especializado infelizmente ainda está longe de ser alcançado, pois ainda constatamos a carência de recursos e materiais, até mesmo educadores especializados nesta área, não podendo ser generalizado.

Anterior a esta Lei de Diretrizes de Bases da Educação nacional (LDBEN – nº 9394/96), houve a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em Salamanca, na Espanha, em 1994. Nesta Conferência foi elaborado o documento intitulado de “Declaração de Salamanca”, que visava “a igualdade de valor entre as pessoas, propondo ações a serem assumidas pelo governo em atenção as diferenças individuais”. (CARVALHO, 1998, p. 146).

De acordo com a Declaração de Salamanca, podemos perceber que ela defende o pressuposto de que todos os alunos deverão aprender juntos, independentemente de suas incapacidades. Também refere-se a um atendimento especializado, em escolas especiais, caso as escolas regulares não favoreçam as necessidades educativas de cada educando.

A partir da criação da Declaração de Salamanca, podemos observar que houve um avanço relevante na educação inclusiva brasileira, no tocante aos governantes perceberem a necessidade de um investimento na educação especial no nosso país, chamando a atenção para um redimensionamento nas escolas regulares com o intuito de oferecer melhor qualidade aos alunos, independentemente de suas carências.

A situação da educação especial no Brasil teve uma significativa mudança. Em leis muitas conquistas foram sendo alcançadas, mesmo que paulatinamente. Entretanto, é necessário que haja uma garantia dessas conquistas, expressas nas leis, de modo que sejam efetivadas no âmbito escolar. É necessário também que haja um incentivo por parte do governo para a implantação de recursos favoráveis à inclusão de alunos com necessidades especiais, como nos afirma MIRANDA:

[...] os indivíduos que apresentam deficiência devem ser educados num ambiente o mais normal possível, oferecendo a eles recursos materiais e ambientes os mais próximos possível dos demais alunos, evitando, desta forma, a segregação. No entanto, ainda hoje, observamos que o atendimento ao aluno com deficiência não é feito de maneira adequada, o que implica na sua exclusão do sistema educacional. [...] (MIRANDA, 2008, p. 37).

Entretanto, a efetivação de uma prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos, normas, declarações que impõe as escolas regulares a aceitar alunos com necessidades especiais, mas sim, é necessário que a escola esteja preparada atender seus alunos, independentemente de suas limitações e carências.

Mudanças são visíveis quando nos reportamos a falar sobre a educação especial no Brasil, no tocante a inclusão das pessoas com necessidades especiais, porém, se faz necessário uma mudança significativa na sociedade a qual esses sujeitos estão inseridos, pois nenhuma transformação ocorrerá uma vez que o sistema regular de ensino propõe normas a serem seguidas, mas, na realidade os agentes transformadores da educação ainda encontram-se enraizados de preconceitos.

A inclusão social é um processo de construção da sociedade em meio a transformações que possam atingir o próprio indivíduo que apresenta necessidades especiais.

Nos dias atuais, percebemos um novo olhar sobre a educação especial, porém, almejamos que ainda possamos avançar consideravelmente, pois estamos em busca da valorização e a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar, como também em diversos outros ambientes.

Destarte, observamos que um dos avanços mais urgentes no que se refere a efetiva inclusão das pessoas com necessidades especiais na escola regular é a formação do corpo docente nas instituições, pois consideramos fundamental que os mesmos sejam capacitados na área, tendo formação inicial e continuada na área explicitada com o intuito de transformar sua prática pedagógica.

Muito embora tenha sido trabalhado a integração, e a inclusão na educação especial, todos com o propósito de igualdade de oportunidades, ou seja, com a mesma proposta de inserir os alunos com necessidades especiais no ensino regular, observamos uma certa diferença nos seus conceitos, uma vez que entendemos por integração a inserção da pessoa com necessidades especiais numa escola regular, cabendo a mesma a adaptação aos costumes e normas da instituição.

Já a inclusão tem em seu contexto uma conceituação mais ampla e simplificada, quando nos remete a compreender que incluir é inserir pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar que seja capaz de reconhecer suas diferenças, objetivando apontar ao sistema educacional de ensino as mudanças necessárias para que haja uma efetiva prática pedagógica que favoreça o processo de ensino e aprendizagem naquela instituição.

Sabemos que na realidade ainda há uma distância entre a teoria e a prática, pois não podemos ser ingênuos em considerar que o processo de inclusão é fácil e rápido. Neste

ângulo, podemos associar nosso pensamento ao de MIRANDA (2008, p.42) “o paradigma da inclusão é recente em nossa sociedade. Como qualquer situação nova, incomoda, provoca resistências, desperta simpatia e também críticas, mas é necessário e urgente que pesquisadores e professores compreendam melhor as complexidades do cotidiano da sala de aula, especialmente quando se trata de alunos com deficiência”.

### **Analisando a inclusão das pessoas com necessidades auditivas no sistema regular de ensino.**

Ao longo dos tempos, temos presenciado inúmeras discussões sobre a inclusão de surdos na área educacional, uma vez que a temática tem sido palco de reflexões, podemos salientar que não basta apenas que o aluno com necessidades especiais esteja inserido num ambiente de educação regular, ou seja, é necessário que tenha um atendimento especializado a cada carência.

Estudar a educação escolar para as pessoas com necessidades especiais auditivas nos reporta a questões referentes aos seus limites e possibilidades, como também aos inúmeros obstáculos enfrentados pelos mesmos no tocante a inclusão social. Para tanto, se faz necessário adentrarmos um pouco em alguns aspectos relacionados ao seu surgimento, porém, não pretendemos aqui nos aprofundar no tema, apenas focaremos nos fatos mais relevantes em meio a nossa pesquisa.

No Brasil, a educação de surdos desenvolveu-se a partir da criação do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, fundado em 26 de setembro de 1857, pela Lei nº 839, no período Imperial através do Imperador D. Pedro II, quando iniciava-se, então, um novo olhar quanto a educação especial, mais especificamente a educação especial auditiva. (MAZZOTTA, 2005)

Aos poucos a educação destinada as pessoas com necessidades especiais auditivas foi crescendo, mesmo que paulatinamente, foram sendo criados outros centros de atenção aos alunos surdos, primeiramente com caráter profissionalizante. Desta forma, podemos perceber a diferença dos primeiros passos da educação destinada aos surdos relacionando aos dias atuais. Mesmo que hoje a educação de surdos ainda necessite de vários avanços, podemos dizer que aos poucos ela vai se consolidando, com base nos vestígios do passado.

Durante muito tempo temos observado que a educação de surdos é um assunto inquietante. Na Idade Média os surdos foram tratados com muito preconceito, eram subjugados, pois a sociedade os tinha como pessoas estranhas que não podiam ser educadas. Isso afetava suas vidas de maneira que os excluía do meio social.

Foram muitas batalhas travadas em prol de oportunidades de educação para a pessoa com necessidades especiais auditivas, porém, foi somente no início do século XVI que foi admitido que os surdos pudessem aprender através de procedimentos pedagógicos. Então, observa-se que inicialmente não se tratava de uma educação inclusiva, mas na realidade, qual o verdadeiro propósito da educação de surdos? Para que possamos compreender melhor nos reportamos a LACERDA, ao afirmar que:

O propósito da educação dos surdos, então, era que estes pudessem desenvolver seu pensamento, adquirir conhecimentos e se comunicar com o mundo ouvinte. Para tal, procurava-se ensiná-los a falar e a compreender a língua falada, mas a fala era considerada uma estratégia, em meio a outras, de se alcançar tais objetivos. (LACERDA, 1998, p. 30)

Sem dúvida alguma, o objetivo da educação dos surdos era relevante, pois quando conseguimos desenvolver o pensamento, adquirindo conhecimentos, outros leques se abrem. Podemos perceber que os avanços foram se dando de forma tímida, mas, com compromisso e dedicação. Tentar incluir o surdo no meio social com pessoas ouvintes é tarefa dinâmica e complexa.

Como podemos observar, a atenção na educação dos surdos era voltada à fala, entretanto, a língua escrita desempenhava um papel fundamental. Uma vez que os alfabetos digitais eram bastante utilizados. Eles eram desenvolvidos pelos próprios professores, pois acreditavam que os surdos pudessem ler o que eles falavam com os próprios olhos. Os professores faziam uso de diversas técnicas para desenvolver as habilidades das pessoas com necessidades auditivas.

Ao longo dos tempos, estudos realizados na última década do século XX e início do século XXI por diversos pesquisadores oferecem contribuições à educação de alunos com surdez na escola comum, ressaltando a valorização das diferenças no convívio social e o reconhecimento do potencial de cada ser humano.

Portanto, a inclusão do aluno surdo deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe desde cedo utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir de seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país.

Mas, na realidade os fatos são outros e o que temos observado aproxima-se mais de exclusão do que inclusão, pois como nos afirma SKLIAR (1999), o modelo de inclusão da educação especial está sendo substituído por exclusão, que não respeita a identidade surda, sua cultura, sua comunidade.

Sabemos que existem profissionais que ainda não conseguiram aceitar o termo inclusão na escola regular, acreditando que os alunos surdos deveriam estar em sala especial, recebendo atendimento especializado, separado e que tenham educadores preparados para trabalhar especialmente com eles visando à cultura e o meio social desses alunos.

Mesmo diante da obrigatoriedade de inclusão sabe-se que muitos alunos surdos que foram “incluídos nas escolas regulares, não conseguiram permanecer no sistema, pois, quando chegam ao final da escolarização básica, não conseguem desenvolver ou dominar a leitura escrita na língua portuguesa.

Então, podemos analisar que por vezes essa ideia de inclusão vista em alguns ambientes escolares ainda é um tanto limitadora e termina por ser excludente, porque nas entrelinhas a ideia é normalizá-los e fazê-los parecer ouvintes, onde na verdade há pouca interação com as outras crianças.

Partindo desse pressuposto ficamos a nos perguntar: o que na realidade está errado? Falta alguma orientação para que essa tão almejada inclusão realmente se efetive no nosso sistema educacional de ensino?

Questionamentos pairam sobre a nossa cabeça, para tanto, destacamos como essencial na educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais auditivas, um lugar apropriado para atender esses alunos, ou seja, a escola regular precisa ter uma boa estrutura física, ter professores capacitados e recursos apropriados para cada especialidade. Logo, é essencial que essa escola aceite o processo de inclusão imposto pela lei, pois infelizmente o que temos observado é que ainda existem preconceitos e isso acaba por impossibilitar o ensino e a aprendizagem dos alunos, sejam surdos ou com qualquer outra carência.

De posse de alguns fatores que influenciaram e ainda influenciam para uma efetiva inclusão de surdos na escola regular, podemos dizer que tivemos muitos avanços, porém, ainda insuficientes, pois a inclusão ainda requer outras mudanças no atual sistema educacional.

É notório que o convívio com a diferença é algo ainda a ser vencido, muitas barreiras ainda precisam ser derrubadas, para tanto, SASSAKI nos mostra que:

[...] a inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] (SASSAKI, 1999, p. 41)

Sabemos que essa luta de incluir é um trabalho árduo, e ainda está em processo de construção, mesmo apesar do êxito ainda é uma barreira a ser vencida. É necessário que haja a

colaboração de pais, professores, governo, alunos e da sociedade em geral para que possamos enxergar a educação inclusiva através de novas “lupas” para que possamos observar mudanças e avanços satisfatórios, para que o surdo consiga construir sua própria identidade. Com base nisso, “outro ponto relevante observado é a luta do surdo na construção de sua identidade e na busca por encontrar seu espaço, lutando por seus direitos e querendo ser integrado como os demais alunos”. (LORENZETTI, 2003, p. 528)

A pessoa com necessidades especiais auditivas, como também, de qualquer outra necessidade, precisa sentir-se capaz, precisa sair do isolamento imposto pela sociedade e aprender a construir sua própria identidade, lutar por seus objetivos, exercer seus direitos e deveres.

Quando nos remetemos a analisar a inclusão das pessoas com necessidades auditivas nos sistema regular de ensino, percebemos que esta trajetória é marcada por uma diversidade de opiniões, em tese, nos detemos ao fato dos surdos terem sido alvos desde o início da Idade Moderna da atenção da medicina e da religião. No entanto, à medida que notificamos o avanço da ciência, a participação da família, a atuação dos médicos e as práticas da religião, percebemos que estes contribuíram para a introdução dos modelos educacionais na educação de surdos, os quais são conhecidos como: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.

O oralismo, era visto como uma única via de realização do surdo. Neste modelo educacional, não era permitido que outras línguas de sinais fossem usadas, pois eram reconhecidas como prejudicial para o desenvolvimento da criança surda.

A comunicação total entende que qualquer recurso linguístico utilizado como meio de comunicação é válido, seja a língua de sinais, a linguagem oral, ou até mesmo códigos manuais.

O bilinguismo está relacionado a variação linguística de acordo com a trajetória de cada surdo, é o uso diferenciado das línguas, dependendo dos contextos sociais.

Portanto, são questões que ainda continuarão a ser debatidas por pesquisadores futuros, uma vez que não pretendemos nos aprofundar numa discussão sobre os modelos educacionais, entretanto, esperamos ter contribuído para a compreensão de como se deu e ainda se dá a inclusão de pessoas com necessidades auditivas no sistema regular de ensino, desse modo, nos voltamos para as especificidades de um estudo desenvolvido em uma escola municipal de Guarabira-PB, a que nos propomos.

## **Verificando a inclusão das pessoas com necessidades especiais auditivas no contexto educacional de Guarabira – PB.**

Uma vez que o nosso objeto de estudo é a inclusão de pessoas com necessidades especiais, mais especificamente o deficiente auditivo no contexto educacional de Guarabira – PB, nos reportamos para a realização de um projeto de pesquisa que nos permitiu tecer uma reflexão acerca dos profissionais da área da educação especial, como também das reais dificuldades das pessoas com necessidades especiais auditivas no âmbito educacional regular de ensino.

Destacamos aqui o papel do professor no tocante ao desenvolvimento de um trabalho que valorize as diferenças, favorecendo uma prática educativa inovadora, possibilitando um novo olhar à educação das pessoas com necessidades especiais auditivas.

A inclusão do aluno surdo no ensino regular é, portanto, determinante para o seu desenvolvimento enquanto partícipe de um contexto sociocultural, pois valida o comprometimento do real propósito escolar. Para tanto, nossa pesquisa foi realizada neste propósito, onde verificamos se há uma inclusão de fato.

Desta forma, se fez necessário fazermos recortes para melhor compreendermos de fato que tipo de inclusão é esta que acontece nas salas de aula regulares. Portanto, em nossa pesquisa podemos constatar primeiramente que os recortes que fizemos com 07 professores da rede regular de ensino, nos apresenta professores numa idade média de 30 à 50 anos, todas apresentando curso superior completo e quanto a questão de gênero, todas pertencentes ao sexo feminino, em um período de atuação entre 3 à 20 anos de docência.

Com base em Minayo (1994), quando escrevemos um projeto, estamos mapeando de forma sistemática um conjunto de recortes. O mesmo nos serve para mapear um caminho a ser seguido durante a investigação.

Diante dos nossos recortes, podemos adentrar e compreender melhor as inquietações dos docentes em meio a educação inclusiva, que, por sua vez, estabelece apoio e igualdade aos deficientes e ao mesmo tempo, na prática, há uma certa segregação no tocante a educação dos mesmos. Através destes recortes, trabalhamos com base nos dados e na realidade do Centro Educacional Edivardo Toscano, situado no município de Guarabira – PB.

Em meio a nossa pesquisa, fizemos uso de um instrumento de coleta de dados, utilizamos o questionário para melhor analisar as relações estabelecidas naquela instituição de ensino.

Para tanto, a metodologia da pesquisa é de caráter qualitativa, tendo por base a inclusão de pessoas com necessidades auditivas. Por isso, como foi proposto nos objetivos da pesquisa, buscou-se neste trabalho uma investigação acerca das dificuldades tanto da parte docente quanto da discente no tocante a inclusão de surdos na escola regular.

Num primeiro olhar à instituição observada, podemos concentrar-se de imediato nas instalações, como também na estrutura física da instituição, pois, como bem sabemos, a escola inclusiva deve estar apta a receber os alunos com necessidades especiais, sejam elas quais forem.

Destacamos inicialmente que em um primeiro contato com as docentes, realizamos um diálogo informal com o intuito de pesquisar quais eram seus anseios e dúvidas quanto a educação inclusiva no ensino regular. Para tanto, as vezes podemos observar que muitas sentiram-se constrangidas ao se tratar de uma pesquisa de cunho universitário para fins de conclusão de curso, e percebemos algumas inadequações e até mesmo contradições em suas falas ao tentarem responder a nossas indagações.

Em sua maioria, os referidos docentes relatam que são considerados aptos para atuarem na educação especial, ou seja, na inclusão de surdos na escola regular, pois, como foi relatado pelos mesmos, todos são profissionalmente capacitados para atuarem na área. Em contrapartida, observamos que grande parte dos docentes não tem nenhum domínio da língua de sinais, onde os mesmos fazem uso da participação do intérprete em sala de aula. Neste caso o intérprete é visto como um “tradutor”, favorecendo a interlocução de todos.

Foi possível perceber que os referidos docentes tem uma pequena formação especializada na área da Educação Especial, uma vez que todos já participaram de pelo menos um mini curso na área da Educação Especial, porém, uma educadora ressalta que “as maiores dificuldades que a escola enfrenta para que haja de fato a inclusão na escola regular é a falta de material humano, ou seja, mão de obra qualificada, profissionais capacitados para atuar na área, como também de um atendimento especializado para os alunos por parte da psicóloga e fonoaudióloga”.

Neste sentido, é fundamental compreendermos que quando inicialmente os docentes relatam estar aptos para atuar na educação especial, os mesmos estão fazendo uso desta afirmativa pelo fato de já terem participado de algum tipo de formação na área, mas, podemos perceber que ainda existe uma lacuna grande no tocante a formação desses docentes que atuam na educação especial.

Com base nisso, destacamos como essencial, a formação docente, mais especificamente, o docente que atua na área da educação especial, pois podemos perceber que



os alunos com necessidades especiais precisam de educadores capacitados, que atuem com compromisso, dedicação e respeito para que possamos ainda identificar a tal inclusão.

Diante de alguns relatos, podemos compreender como se dá o processo educacional, em especial, o processo de inclusão na instituição observada. O Centro Educacional Edivardo Toscano, situado na Avenida Pedro Bandeira, bairro do Rosário, no município de Guarabira – PB atende a uma demanda de alunos de classe social economicamente carente.

O Centro Educacional é uma instituição ampla, com muitas dependências e espaços para os alunos circularem livremente. A acessibilidade atende as necessidades dos cadeirantes, os alunos desta instituição além de estarem inseridos em salas de ensino regular, através da inclusão, tem o devido acesso a sala multifuncional, a qual apesar dos avanços que já houve, ainda precisa de colaborações para melhor funcionamento. Assim, além da escola citada acima, alguns alunos ainda frequentam outras unidades de apoio educacional, a exemplo da FUNADE (Fundação de Apoio ao Deficiente).

Entre todo o quadro de funcionários da escola há um montante de mais de trinta funcionários, incluindo vigias, auxiliares, professores, coordenadores, entre outros. Os professores todos com graduação, especialização, até mesmo alguns em processo de mestrado. Evidencia-se, desta forma, compromisso com a educação e com a formação continuada.

A referida escola atende ao Fundamental I, Fundamental II e EJA. A metodologia adotada pela respectiva instituição escolar é incluir os alunos com necessidades auditivas em salas regulares. E é através da sala multifuncional que muitos têm conseguido avançar nas suas carências, pois, apesar de ainda faltar recursos, a sala multifuncional tem contribuído bastante no processo de socialização e aprendizagem desses educandos. Mas, é justamente aqui que encontramos o erro. O aluno só consegue se desenvolver na sala multifuncional, o que na realidade deixa de ser uma inclusão, passando a ser um forte exemplo de segregação.

Os alunos com necessidades especiais deveriam ser tratados como os demais, sempre respeitando as suas limitações, no entanto, observamos que nas salas de aula há grupos, que podemos observar que dividem-se em alunos vistos como normais e alunos surdos, ou qualquer outra carência.

Em relação à família, há uma preocupação em deixar sempre as portas da escola abertas para atender os pais e familiares de pessoas com necessidades especiais, como também, dos demais alunos. Atuando de forma que possam atraí-los para a escola, convocando-os para reuniões, desenvolvendo oficinas e projetos, uma vez que para que haja

realmente uma inclusão desses alunos, é necessária a participação de todos, pois como mesmo relata a gestora: “Isso também é integração”.

Analisando cada fala dos educadores, podemos perceber que o processo de socialização desses alunos ainda se desenvolve com certa fragilidade, uma vez que ainda há muito preconceito. Entretanto, é importante ressaltar que a aprendizagem desses alunos com necessidades especiais auditivas em salas regulares é algo possível, porém, vale salientar que os mesmos precisam de atendimentos especializados com o intuito de melhorar o desempenho no âmbito educacional, como também necessitam que a sociedade se permita enxergá-los de outra forma, sem preconceitos.

No dia a dia, as aulas se dão de maneira expositiva, através de cartazes, gravuras, língua de sinais, sempre com o apoio da intérprete. O processo de aprendizagem desses alunos acontece de maneira lenta, devido às dificuldades das pessoas com necessidades auditivas quanto à leitura e escrita, pelo fato de não ter efetivo domínio do Português como segunda língua.

Os educadores desta instituição relatam ainda não sentir-se totalmente preparados para atuar na área, contudo, encontram-se em constante aperfeiçoamento. Destarte, consideram necessário um incentivo a capacitações, recursos didáticos, acessibilidade, de modo que favoreça a política de inclusão daquela instituição. Assim, as educadoras entrevistadas consideram favoráveis as iniciativas de inclusão nas escolas regulares, pois é direito dos portadores de necessidades especiais frequentar escolas regulares, garantindo o exercício da cidadania, como também, maior interação na sociedade.

Durante nossa pesquisa, podemos observar como a educação inclusiva na referida instituição ainda acontece de forma fragmentada, entretanto, chamamos a atenção aqui para a relevância da formação docente do educador que atua na educação especial, uma vez que sabemos que atuar nesta área é um tanto complexo, pois além de faltar recursos didáticos, também nos falta ainda mão de obra qualificada. Muitos docentes ainda tentam uma qualificação, mas compreendemos a dificuldade de prosseguir, pois a secretaria de educação neste sentido, deveria caminhar lado a lado com o educador, apoiando-o, incentivando-o.

Sabemos que ainda falta muito para uma efetiva inclusão dos alunos com necessidades especiais, porém, não podemos ficar de braços cruzados, pois é um direito do deficiente estar inserido no sistema regular de ensino através da inclusão, é um dever nosso, como educadores, lutar que isso de fato aconteça.

O professor atua em conjunto com o intérprete, agindo simultaneamente, com o intuito de favorecer o ensino e a aprendizagem dos alunos surdos. Com base nisso, a relação

intérprete e professor acontece de forma favorável, interagindo com o objetivo de suprir as necessidades dos alunos. O ofício de professor/intérprete precisa-se trabalhar por amor, pois é uma atuação que requer entrega, compromisso e carinho, caso contrário, os benefícios serão mínimos.

De acordo com os relatos das professoras, a escola, apesar dos avanços alcançados, ainda não se sentem aptas o suficiente para atender aos alunos com necessidades especiais, uma vez que ainda está carente de recursos didáticos, estando ainda em processo de adaptação a norma de inclusão.

Finalizando nossa entrevista, a mesma foi semiestruturada, e buscava indagar aos educadores sobre: como se dava o processo de acompanhamento pedagógico dos alunos com necessidades especiais auditivas pela Secretaria Municipal de Educação? Entre outros questionamentos.

O que nos chamou mais a atenção foi que alguns professores preferiram não responder, enquanto outros ressaltaram que há um acompanhamento com a supervisora, porém sentem falta do apoio da Secretaria Municipal de Educação, uma vez que necessitam de suporte teórico e prático quanto à atuação na educação inclusiva.

A inclusão representa, portanto, um grande desafio para as escolas que estão sendo chamadas para levar em conta a ampla diversidade das características e necessidades dos alunos, adotando um modelo centrado nele, e não no conteúdo, com ênfase na aprendizagem e não, apenas no ensino.

Contudo, temos observado que a inclusão de pessoas com necessidades especiais é um desafio, especificamente os deficientes auditivos. Muitas foram as dificuldades para que a inclusão chegasse às escolas, porém, é importante salientar que hoje a educação da criança surda é um direito, faz parte da sua condição como ser humano, e o dever de educar é uma exigência do ser humano adulto, do pai e do educador.

Tendo como base a pesquisa citada, podemos perceber que conseguimos alcançar nossos objetivos, uma vez que tentamos historicizar a trajetória da educação inclusiva no Brasil, analisando como se dava o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais auditivas e levando em consideração o contexto educacional de Guarabira – PB, portanto, observamos que ainda tem muito o que ser modificado no que tange a inclusão de surdos, pois de um lado as leis defendem a inclusão de surdos na escola regular e de outro, na prática, este contexto ainda encontra-se longe de ser efetivado. Onde necessitamos de uma verdadeira inclusão, presenciamos tristes casos de exclusão.

## **METODOLOGIA**

Pensar em um projeto de pesquisa nos remete a ter em mente o mais importante: procedimentos e métodos que nos garantirão chegar aos resultados pretendidos. Uma vez que temos por meta analisar as dificuldades das pessoas com necessidades especiais auditivas que ingressam nas escolas regulares e dos profissionais que lidam com esses alunos que necessitam de atendimentos diferenciados, nos reportamos a realizar uma pesquisa de âmbito educacional, não com o intuito de trazer dados imutáveis, mas, almejando estimular a curiosidade ao conhecimento da vida educacional das pessoas com necessidades auditivas.

O nosso objetivo é instigar em você leitor(a) o seu momento de pesquisador para que mais adiante, esteja você mesmo a realizar pesquisas com tamanho cunho teórico. Para tanto, observamos algumas escolas municipais e estaduais do município de Guarabira – PB, porém, nos favoreceu fazer recortes quanto as instituições observadas para que desta forma pudéssemos refletir melhor e analisar o nosso objetivo geral citado acima. Com base nisso, DEMO (2000, p. 20) nos esclarece que “o pesquisador não somente é quem sabe acumular dados mensurados, mas sobretudo quem nunca desiste de questionar a realidade, sabendo que qualquer conhecimento é apenas recorte.”

Como forma de desenvolver o nosso olhar de pesquisador através de um projeto de pesquisa, utilizamos como instrumento de coleta de dados, entrevistas escritas com professoras que atuam em salas que contém alunos(as) com necessidades auditivas.

Portanto, a metodologia da pesquisa é de caráter qualitativa, tendo por base a inclusão de pessoas com necessidades auditivas. Por isso, como foi proposto nos objetivos da pesquisa, buscou-se neste trabalho uma investigação acerca das dificuldades tanto da parte docente quanto da discente no tocante a inclusão de surdos na escola regular.

Com base em nossa pesquisa podemos constatar primeiramente que os recortes que fizemos com 07 professores da rede regular de ensino, nos apresenta professores numa idade média de 30 à 50 anos, todas apresentando curso superior completo e quanto a questão de gênero, todas pertencentes ao sexo feminino, em um período de atuação entre 3 à 20 anos de docência.

Nossa pesquisa iniciou historicizando a trajetória da educação inclusiva no Brasil, que nos favoreça a compreensão de dados históricos da Educação Especial. Em seguida foi desenvolvida uma análise da inclusão de pessoas com necessidades auditivas na escola regular de ensino para um aprofundamento na área pesquisada e concluindo através da

verificação da inclusão de pessoas com necessidades auditivas no contexto educacional de Guarabira – PB.

De posse dos dados coletados e diante das observações realizadas acerca das instituições, podemos observar que a inclusão de pessoas com necessidades auditivas é um desafio. Muitas tem sido as lutas e dificuldades para que chegássemos ao direito de inclusão, porém, é essencial destacar que hoje, apesar dos avanços, a ideia de segregação ainda paira nas instituições, mas não podemos nos amedrontar, uma vez que a educação da criança surda é um direito, faz parte da sua condição como ser humano, e o dever de educar é uma exigência do ser humano adulto, do pai e do educador.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os esboços realizados com base na Educação Especial, mais especificamente na inclusão das pessoas com necessidades auditivas nos favorece um novo olhar para a educação especial, uma vez que ao historicizar a trajetória da educação inclusiva no Brasil, percebemos que mesmo depois de tantas leis a favor da inclusão dos excluídos, ainda encontramos vestígios de segregação, o que faz com que a pessoa com necessidade auditiva continue a margem da sociedade.

Portanto, compreendemos que a surdez é caracterizada por uma limitação total ou parcial da faculdade de ouvir, podendo ter como causas, vários fatores que podem ocorrer antes, durante ou após o nascimento.

A deficiência auditiva não é um empecilho para que pessoas com necessidades auditivas tenham acesso à educação, pois, ao historicizar a educação inclusiva observamos os avanços obtidos ao longo da história, porém, nosso objetivo aqui é estimular as pessoas que necessitam ser incluídas na escola regular através de alguma limitação existente, a procurar seus direitos, como também, aos demais pertencentes a uma sociedade preconceituosa, que tenham em mente que ser diferente é normal, uma vez que somos todos iguais.

Destarte, levamos o nosso primeiro olhar ao lado docente, levando em consideração as dificuldades enfrentadas ao longo da participação da educação inclusiva, acatando seus desabafos e inseguranças, o que nos fizeram perceber que é preciso desenvolver iniciativas com êxito na formação de educadores para atuar na área, como também, de iniciativas que possam favorecer o acesso a recursos didáticos para trabalhar com pessoas surdas.

É preciso também refletir que tipo de educação inclusiva é esta que continua deixando os seus sujeitos de alguma forma excluídos, uma vez que estão carentes de pessoas que dominem sua língua, ficando incomunicáveis, e sujeitos a uma exclusão.

É necessário que haja mobilização em prol de uma educação inclusiva de qualidade, precisamos reivindicar que os direitos das pessoas com necessidades auditivas possa sair da teoria e torne-se prática no nosso dia a dia, para que futuramente possamos chegar a enxergar com outros olhos a educação inclusiva no Brasil.

Cabe a cada um de nós fazer sua parte, refletindo a respeito do sistema educacional de ensino que ao invés de incluir, acaba excluindo, pois não conseguem envolver os alunos especiais no processo de ensino e aprendizagem, limitando que tornem-se autônomos e transformadores da sociedade a qual estão inseridos.

A inclusão escolar é um tema amplo, que pode ser ainda palco para muitos debates, contudo, é um processo que se encontra em constante discussão, tendo como maior dificuldade a conscientização de que inclusão é uma realidade e precisa ser aceita pela sociedade, uma vez que precisamos trazer para o convívio social o ser tido como “diferente”, de modo que possamos resgatar a cultura dele, estimulando seu processo de construção de identidade.

É necessário estabelecer que a escola precisa ser um espaço de construção de saberes e o reconhecimento de cada educando como um ser em construção, independentemente de suas diversidades, promovendo uma verdadeira inclusão escolar.

Retomando aos nossos objetivos propostos inicialmente, os quais tinham o intuito de historicizar a trajetória da educação inclusiva no Brasil, analisando a inclusão de pessoas com necessidades auditivas no sistema regular de ensino, através da verificação da inclusão de surdos no contexto educacional de Guarabira – PB, podemos relatar que os resultados foram satisfatórios no tocante aos nossos objetivos citamos acima. Uma vez que podemos perceber a distância que ainda existe entre a teoria e a prática, diante de nossas leituras observamos os avanços obtidos pela educação inclusiva de surdos, no entanto, na prática, a partir da realidade da inclusão educacional observada no município de Guarabira – PB, enxergamos ainda vestígios de segregação em sala de aula, como também, o despreparo dos educadores para atuarem na área.

Contudo, podemos verificar que a inclusão que acontece nesta instituição ainda tem um caráter de exclusão, uma vez que podemos observar como se dá o processo de ensino e aprendizagem desses educandos. Desta forma, cabe a nós lutarmos pela efetivação dos direitos dessas pessoas, pois não podemos vê-las como diferentes, mas como pessoas normais,

que necessitam de alguns atendimentos especiais, mas que podem estar inseridas no meio social sem nenhum constrangimento.

A título de conclusão, esperamos estar contribuindo de alguma forma para os estudos desenvolvidos nesta área, como também para a inclusão da pessoa surda e a valorização e capacitação dos docentes em nossa sociedade excludente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 de dez. 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo, Cortez, 2000.

GOMES, Romeu. **Análise de dados em pesquisa qualitativa**. In MINAYO, M<sup>a</sup>. Cecília S. (org). Pesquisa social – teoria, método e criatividade. 16<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes 1994. Pag. 67 a 80.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2 ed. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2006.

LACERDA, Cristina Brogila Feitosa de. A prática fonoaudiológica frente as diferentes concepções de linguagem. **Revista Espaço, Instituto de Educação de Surdos**, V. 10, p. 30-40, 1998.

LORENZZETTI, Maria Lúcia. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular: a voz das professoras**. Vol. 3. Itajaí, Contrapontos, 2003. Pág. 521-528.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5 ed.. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Cecília Souza de. (org). **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. 16 ed. Petrópolis, Vozes, 1994.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico**. N. 7. Cadernos de História da Educação, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social** – Métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo, Atlas, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **A Educação inclusiva e os obstáculos a serem transpostos**. São Paulo, Jornal dos Professores – órgão do centro do professorado paulista, 2003 – nº 343, p. 15.

SKLIAR, Carlos (org). **Atualidade da Educação Bilingue para surdos**. Porto Alegre: Miação, 1999.